



Sinuca de bico

SÉRGIO DE OLIVEIRA

Agricultura mato-grossense ganhou musculatura nas terras fracas do cerrado graças a um complexo vitamínico composto de empreendedorismo, competência técnica e científica, calagem e adubação. Este último elemento, porém, virou artigo de luxo, devido à escalada de preços que experimenta desde o ano passado, em função do aumento da demanda internacional. Sem ele, nas palavras do prêmio Nobel da Paz e pai da “revolução verde”, Norman Borlaug, “the game is over” (o jogo acabou).

Para a sojicultura de Mato Grosso, já combatida por sucessivos contratempos – câmbio, ferrugem asiática, endividamento, deficiência logística –, o aumento do fertilizante (que representa 24% do custo de produção) em mais de 100% para a próxima safra acendeu a luz vermelha em relação à competitividade da lavoura no Estado (veja quadro). O sojicultor, ainda descapitalizado, apesar dos bons pre-

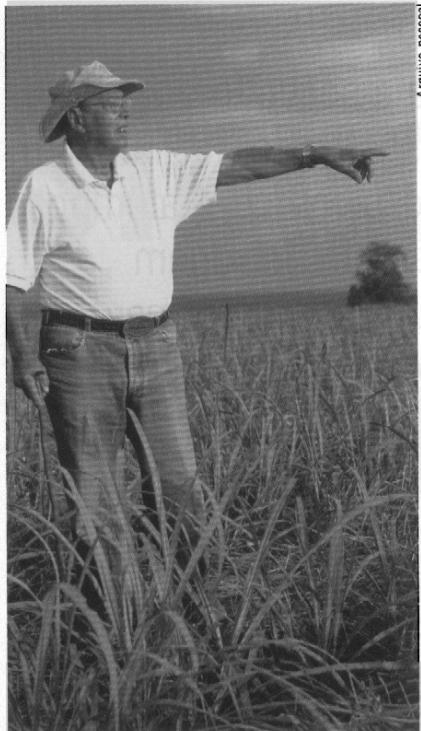
ços da commodity (veja artigo de *Senneri Paludo, do Imea, nesta edição*), encontra-se frente a um trilema: plantar como manda o figurino, mesmo que para isso tenha de recorrer a improváveis empréstimos (veja *editorial*) com juros bem mais altos que os dos financiamentos oficiais; reduzir ou zerar o uso de adubo, arriscando-se a colher menos que o necessário para cumprir os compromissos; ou não plantar, inviabilizando totalmente sua permanência na atividade. Nesse caso, resta-lhe vender ou arrendar as terras – e torcer para sobrar algum trocado depois de pagas as dívidas acumuladas nas últimas safras.

Não por acaso, o pesquisador Mauro Osaki, do Cepea, que participou do evento “É hora de plantar - soja 2008”, promovido pela Fundação Mato Grosso e Aprosoja-MT durante o mês de junho, denominou sua palestra de “Plantar ou morrer”. Segundo ele, Mato Grosso tem o maior custo operacional de todo o Brasil - o custo de produção de 1 hectare de soja será de R\$ 1.192,00 para a safra 08/09 em Sorriso, no médio-norte (sem considerar depre-

Para a sojicultura de Mato Grosso, já combalida por sucessivos contratemplos – câmbio, ferrugem asiática, endividamento, deficiência logística –, o aumento do fertilizante em mais de 100% para a próxima safra acendeu a luz vermelha em relação à competitividade da lavoura no Estado

ciação de máquinas e custo de oportunidade da terra) -, e a sojicultura só continua competitiva no Estado devendo ao preço da terra, ainda bem inferior ao dos concorrentes, como Argentina e Estados Unidos, e mesmo de estados do Sul do Brasil. A relação de troca entre sacas de soja por tonelada de adubo (fórmula 0-18-18), que na safra que acaba de ser colhida foi de 14 sacas/ton na região de Sorriso, ficará em 20,5 sacas/ton na safra 2008/09 e deverá chegar a 41 sacas/ton em 2009/10, com a tonelada de fertilizante sendo comercializada a aproximadamente US\$ 1.000.

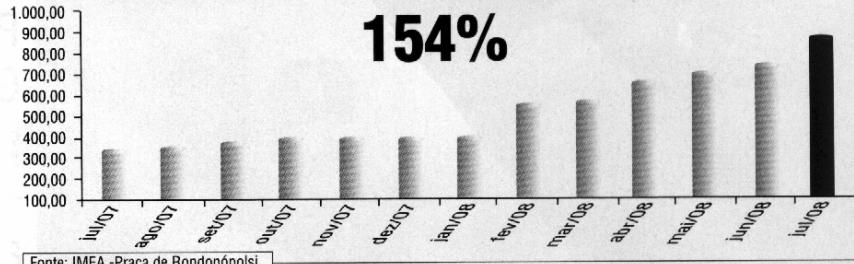
Diante desse quadro, foi opinião geral entre os palestrantes da FMT que a safra 2008/09 deverá ser plantada sob um manejo de fertilidade do solo primoroso, aproveitando-se o banco de nutrientes acumulado nos últimos anos, para que o produtor possa enfrentar a safra 09/10 em melhores condições. “Se o produtor conhece bem a área pelo menos nos últimos cinco anos, poderá ganhar até R\$ 1,80 por saca de soja com aplicação menor de adubo”, afirmou Osaki. “O pulo-do-gato é saber, de cada



Arquivo pessoal

Aumento de preços dos fertilizantes (em dólares)

154%



“Exportação” de nutrientes em lavoura de soja (3.000 kg/hectare)

N - 180 Kg P2O5 - 36 Kg K2O - 80 Kg (= 130 Kg KCl) Zn - 130 g B - 90 g Cu - 45 g Mo - 10 g

Como superar a crise

A Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA – elaborou uma agenda propositiva para minimizar os efeitos da alta dos preços de fertilizantes e seus impactos na produção agrícola e na inflação dos alimentos. Veja as propostas:

Ações de curto prazo:

1. Extinguir a cobrança do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante incidente sobre o valor do frete marítimo na importação de fertilizantes;
2. Consolidar a alíquota zero nas importações de fertilizantes (matérias-primas e formulações) constantes da lista de exceções da Tarifa Externa Comum (TEC);
3. Extinguir o antidumping de 13% aplicado às importações de nitrato de amônio, quando originárias da Federação Russa e da Ucrânia, concedido em benefício da empresa Ultrafertil S.A;
4. Prorrogar o Convênio 100/97, que reduz a base de cálculo do ICMS nas saídas de insumos agropecuários (prorrogado no mês de junho até 31 de dezembro de 2008);
5. Reduzir os custos de infra-estrutura e logística, em especial os custos portuários;
6. Desonerar a cobrança de impostos para a produção e comercialização de fertilizantes.

Ações de médio e longo prazos:

1. Alterar a legislação vigente (Decreto Lei 227, de 1965), estabelecendo prazos mínimos para o início de exploração de lavouras, de forma a gerar condições de que outras empresas atuem na produção da matéria-prima para atender a demanda do mercado interno;
2. Estudar a viabilidade técnica de se requerer, junto ao Conselho Administrativo de Direito Econômico (CADE), a abertura de processo investigatório para se apurar o estabelecimento de preços no mercado e formação de cartel pelas empresas do segmento de fertilizantes;
3. Estabelecer acordos comerciais entre o Brasil e outros países produtores de fertilizantes visando dar condições de acesso à importação direta, a produtores rurais, a cooperativas e a misturadoras de matérias-primas.

CALAGEM - Segundo o pesquisador Leandro Zancanaro, da FMT, por serem ácidos, os solos do cerrado demandam mais fertilizantes, uma vez que há menor disponibilidade de nutrientes para as plantas. Portanto, uma análise de solo bem-feita e uma boa calagem para corrigir a acidez são essenciais para que a planta possa aproveitar a chamada poupança de nutrientes. “Em algumas situações, é melhor fazer calagem do que adubar”, diz Zancanaro. Ele alertou também para as perdas entre 30% e 40% de nutrientes por escorramento superficial, o que é impensável com o custo dos fertilizantes nas alturas. E reforçou a tese segundo a qual nessa safra é preciso buscar a máxima eficiência econômica, mesmo que a produção por hectare seja menor que a média de 53,6 sacas obtida na safra 07/08.

A opinião dos técnicos da FMT não é compartilhada pelo diretor executivo da Anda – Associação Nacional de Difusão de Adubos –, Eduardo Daher. “Em alguns casos, a recomendação para os agricultores de Mato Grosso é não plantar. A conta não fecha”, alerta. “É preferível reduzir a área plantada, mas utilizar a tecnologia do que cortar o adubo”. Segundo ele, não há

Fernando Cardoso, presidente da Fundação Agrisus

real investido, quanto retorna. Não interessa alta produtividade se não sobrar dinheiro no bolso”. Segundo o veterano engenheiro agrônomo Fernando Cardoso, fundador da Manah e presidente da Fundação Agrisus, em áreas que venham sendo cultivadas há pelo menos 10 anos com plantio direto, é possível prescindir do elemento fósforo – o P da fórmula NPK -, uma vez que o solo estará bem suprido. Como a soja fixa nitrogênio do ar (daí a fórmula 0-18-18 ou aproximada para a lavoura de soja), bastaria aplicar potássio, lamentavelmente o elemento do qual o Brasil tem maior dependência externa.

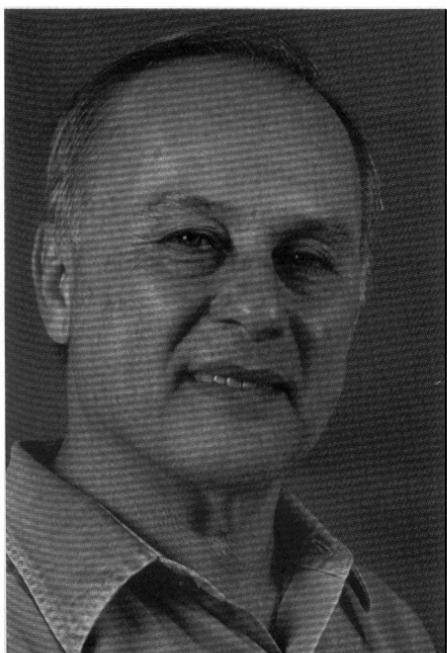
CALAGEM - Segundo o pesquisador Leandro Zancanaro, da FMT, por serem ácidos, os solos do cerrado demandam mais fertilizantes, uma vez que há menor disponibilidade de nutrientes para as plantas. Portanto, uma análise de solo bem-feita e uma boa calagem para corrigir a acidez são essenciais para que a planta possa aproveitar a chamada poupança de nutrientes. “Em algumas situações, é melhor fazer calagem do que adubar”, diz

como privilegiar Mato Grosso com eventual subsídio do adubo em detrimento do Paraná, por exemplo, mesmo reconhecendo a defasagem de 35% no preço final da soja proveniente do Estado do Centro-Oeste em Paranaguá. “A logística não é novidade. É preciso organizar-se para casar as operações – trazer soja e levar adubo, barateando o custo do frete, e, melhor ainda, trazer carne ao invés de grãos”. Daher apresenta números que indicam que Mato Grosso aumentou em 20% a demanda por fertilizante entre janeiro e maio de 2008 em relação ao mesmo período de 2007 e continuou liderando o consumo em relação a outros estados. De julho em diante, no entanto, ele acredita que a procura vai diminuir, com a venda total de fertilizante na safra 2008/09 apresentando uma redução de 4.5% em todo o país.

“O adubo está caro, mas não vai faltar”, diz Daher, justificando a alta com a elevação do preço do petróleo. “Estamos atrelados”. Quanto à inflação no preço dos alimentos, Daher foi enfático: boa parte do aumento se deve à produção de etanol de milho (EUA), de colza (Europa, que também destinou áreas de trigo para produção de etanol) e de mandioca (Tailândia), o que forçou para baixo os estoques internacionais. “Não se pode satanizar

o adubo. Houve crescimento da demanda de comida e do próprio fertilizante sem que a produção acompanhasse”, diz. Para ele, “2008 está jogado, não há o que fazer. O preço do fertilizante não deve subir, mas não tem por que cair.” Apenas lá por 2009/10, segundo Daher, o Nitrogênio – muito utilizado na cultura de milho, por exemplo – deverá começar a cair, uma vez que os árabes anunciaram que irão produzir uréia. Quanto às reservas nacionais de Fósforo, das quais algumas multinacionais detêm o direito de lavra, Daher afirma que o humor mudou. “A US\$ 200 a tonelada ninguém queria explorar, mas a US\$ 650 a coisa muda de figura”. Entretanto, não se deve esperar resultados a curto prazo. O Brasil pode produzir mais fósforo – existem estudos para produção em Sergipe e Mato Grosso – mas os investimentos são altíssimos e o prazo para produção é de no mínimo cinco anos. “De qualquer forma, uma coisa é certa: não vamos resolver o problema nos agredindo”, diz Daher, referindo-se às críticas que as indústrias têm recebido em função da alta do insumo.

DESEQUILÍBRIO - Para Roberto Galvani, diretor do grupo nacional produtor de fertilizantes fosfatados que leva seu sobrenome, trata-se de um caso típico de desequilíbrio entre oferta e demanda. Como países populosos como China e Índia começaram a investir em comida para seus habitantes, a demanda por alimento aumentou muito. Logo, toda a cadeia produtiva do agronegócio sofreu aumento de preços. Somam-se a isso acidentes em algumas minas na China e na Rússia, o que diminuiu a oferta. Os fertilizantes nitrogenados, dos quais o enxofre é o principal componente, por sua vez, estão atrelados ao preço do petróleo. Ao dobrar de preço no último ano, ele arrastou consigo os subprodutos. Como o mercado é em grande parte oligopolizado, com poucos e grandes *players*, os produtores deste insumo têm ainda o poder de ditar preços, colaborando para a alta. Para um país como o Brasil, que apesar da envergadura de seu agronegócio consome ape-



Assessora

Roberto Galvani, diretor do Grupo Galvani

nas 6% da produção mundial de fertilizantes, algo em torno de 25 milhões de toneladas, não há como enfrentar gigantes como Bunge, Cargill e ADM, entre outras poucas empresas que dominam o comércio global de insumos.

Segundo Galvani, o Brasil tem deficiência de matérias-primas. Metade do fósforo que o país consome é importado, e mesmo existindo jazidas ainda a explorar, ele não acredita que a dependência da importação vá cessar. Em alguns casos, segundo ele, fica mais barato trazer a matéria-prima da África ou Oriente Médio que produzir em Minas Gerais e levá-la até o Rio Grande do Sul. De potássio, o Brasil importa 90%. Só tem uma pequena jazida da Vale do Rio Doce sendo explorada em Sergipe. Haveria outra na Amazônia, sob um rio, mas a possibilidade de ser explorada é remota devido principalmente à questão ambiental. Mas o país tem muito a fazer, segundo Galvani. "O minério é um bem da União que ela outorga para alguém explorar a bem do país. Se não estão explorando, que se cancele essa outorga e passe para outro". Ele trata especificamente do fósforo, cujo peso na formulação dos fertilizantes para a região Centro-Oeste, devido à grande carência natural, é maior que o do potássio e do nitrogênio. Outros gargalos são a indefectível logística e a pesada carga tributária que incide sobre o agronegócio. "Enquanto a agricultura do mundo inteiro é subsidiada, no Brasil é taxada".

RECAUDO - O ministro da Agricultura, Reinold Stephanies, é outro que tem mandado recado para as multinacionais detentoras de jazidas inexploradas. "Se não forem explorar, vamos retirar a concessão", afirma. O governo cogita, entre outras coisas, eliminar o imposto sobre produtos importados que incide sobre os fertilizantes – a taxa de Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, que representa 25% a mais no frete. De qualquer forma, todas as medidas que porventura sejam tomadas levarão tempo para refletir-se em redução de custos no quesito fertili-

Quanto menor, melhor

O pesquisador da Embrapa Cerrados Djalma Martinhão Gomes de Sousa, não se conforma que muitos produtores tenham sido pegos de surpresa na questão dos fertilizantes. Para ele, o agricultor tem de seguir a máxima de que "quem não é o maior tem de ser o melhor". Segundo Sousa, "a sustentabilidade do negócio agrícola só será atingida se a gerência da propriedade for capaz de contemplar apropriadamente todos os fatores envolvidos no processo produtivo, entre eles os insumos, devido ao que representam nos custos de produção". A aquisição antecipada, diz o pesquisador, possibilita flexibilidades nas negociações tanto do preço como da entrega na propriedade. "Para aqueles que ainda não adquiriram os insumos, só resta adequar-se ao que o mercado oferece".

Segundo ele, não há substituto para o NPK, mas pode-se utilizar fontes alternativas como por exemplo para o P, que são os fosfatos naturais reativos (Gafsa, Arad, Daoui, Argélia, Carolina do Norte) que estão em média 31% mais baratos que o superfosfato triplo ou monoanônio fosfato. Trabalhar com plantio direto (onde normalmente a eficiência do fósforo é superior em 7% em relação ao sistema de cultivo convencional) e fazer integração lavoura-pecuária, onde em geral a eficiência do uso do fósforo pode ser até 50% superior, são outras dicas do pesquisador.

DOSE MENOR - Diminuir a dose de adubo, para Sousa, vai depender do estágio em que as áreas se encontram em relação à correção da fertilidade do solo. "Em áreas já corrigidas, ou seja, com mais de 6 anos sendo cultivada com boa adubação e que já estejam produzindo acima de 60 sacos/ha de soja ou 140 sacos/ha de milho, há possibilidade de reduzir a adubação desse ano em até 30%. Já em áreas que estão em processo de construção da fertilidade do solo essa redução poderá ser no máximo de 15%". Sousa explica que a calagem é uma das principais tecnologias para aumento da eficiência da adubação feita com NPK, pois aumenta as cargas negativas do solo, reduzindo perdas de lixiviação do K; reduz a capacidade do solo em reter fósforo, aumentando a eficiência do P adicionado ao solo; melhora o pH do solo, propiciando melhor atividade biológica, o que aumenta a eficiência de uso dos fertilizantes.

zante. "Quanto antes começarmos, melhor", diz Galvani. Segundo ele, há jazidas confirmadas no Sudeste e Nordeste e indícios no Centro-Oeste, inclusive em Mato Grosso, onde a Aprosoja vem realizando pesquisas na região leste do Estado. "Mas entre o indício e a confirmação, o licenciamento ambiental e a exploração, há uma grande distância, coisa de até dez anos. Todo investimento em produção mineral é de longo prazo."

Não bastassem todas essas dificuldades, países produtores – e grandes consumidores, como China e Índia – estão subsidiando pesadamente os fertilizantes para seus agricultores, mantendo elevado o nível de demanda doméstica. Na outra mão, taxaram as exportações em mais de 100%, a partir de abril. Resultado: custo maior para o agricultor brasileiro. A relação entre preços e custos, aliás, na opinião do economista Paulo Rabello de Castro, é um fator preocupante, uma vez que "pode se inverter perigosamente con-

tra o produtor de Mato Grosso". O Estado, segundo ele, produz com restrições, enquanto outros têm mais facilidade. O crédito seria a principal delas. "O agricultor não está preparado para se apresentar com uma ficha de crédito adequada. Ele não é 'PJ' (pessoa jurídica), até por motivo de planejamento fiscal, quando muitas vezes tem tamanho mais do que suficiente para ser uma empresa agrícola; os livros são mal organizados; o controle de custos é sofável; e tudo isso pesa na hora de o financiador estabelecer a taxa de juros. Organizar a agricultura de Mato Grosso para ser, antes de mais nada, uma agricultura que maneja riscos adequadamente, é um grande desafio. Quando isso acontecer – e entidades dos produtores, como a Aprosoja, estão fazendo um bom trabalho para que isso aconteça –, vai aparecer muito mais crédito, organizado para um programa plurianual de desenvolvimento. Aí a agricultura do Estado vai explodir".